

Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração de Gabaritos - Processo Seletivo 2026-01

A **Super Estágios**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as regras do Edital de Abertura do presente certame, torna público e divulga, de forma oficial, as justificativas para manutenção/alteração de gabaritos da prova objetiva.

Porto Alegre, 09 de julho de 2026.

Super Estágios

Questão 12089

Pergunta:

Na frase: “Espera-se que, em 2026, o número de eleitores com neurodiversidade cadastrados cresça significativamente”, a oração destacada é classificada como:

Subordinada substantiva subjetiva.

Subordinada substantiva objetiva direta.

Subordinada adverbial consecutiva.

Subordinada substantiva completiva nominal.

Subordinada adjetiva restritiva.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Classificação sintática de oração supostamente destacada.

Parecer: DEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O recurso apresentado é integralmente procedente, uma vez que comprova a ocorrência de um erro material de formatação na plataforma de aplicação do certame.

Análise detalhada do vício estrutural do item:

- 1. Ausência de elemento de referência indispensável:** O enunciado do item solicita expressamente que o candidato classifique a “*oração destacada*” dentro do período: “*Espera-se que, em 2026, o número de eleitores com neurodiversidade cadastrados cresça significativamente*”. Contudo, conforme relatado no recurso e verificado nos registros do sistema, o texto foi exibido de forma linear, sem qualquer marcação visual (como negrito, itálico, sublinhado ou aspas) que indicasse o trecho a ser analisado.
- 2. Prejuízo à objetividade da avaliação:** Embora o objetivo original da banca fosse avaliar a oração integrante “*que [...] o número de eleitores com neurodiversidade cadastrados cresça significativamente*” (que atua como oração subordinada substantiva subjetiva do verbo apassivado *esperar*), a falta de sinalização gráfica impede o candidato de discernir qual parte do período estava sob julgamento. O período é composto e abriga outras estruturas linguísticas (como a oração principal “*Espera-se*”), tornando o comando ambíguo e incompleto por omissão de dados.

Conclusão: A falha na renderização visual do texto eliminou a informação necessária para a resolução correta, violando o princípio da clareza e da objetividade que rege os exames de múltipla escolha. Diante do vício de formulação gráfica na plataforma, a anulação é a única providência cabível.

Decisão: ANULAÇÃO

Questão 12091
Pergunta: Sobre a intertextualidade (Koch), um cartaz que utiliza a estrutura da Constituição Federal para promover a inclusão de estagiários com deficiência no TRT4 realiza uma:
Paráfrase.
Citação direta.
Plágio.
Paródia.
Epígrafe.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Classificação do fenômeno intertextual (Ingedore Koch) em cartaz institucional.

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O argumento do candidato de que a ausência da imagem ou do texto bruto impossibilitaria a resolução do item não se sustenta, pois o enunciado forneceu os elementos conceituais exatos e suficientes para a aplicação direta da teoria de Ingedore Koch (*A Coesão Textual / Intertextualidade*).

Os dados explícitos do enunciado: O comando da questão delimitou duas informações técnicas cruciais:

A forma: O cartaz "utiliza a estrutura da Constituição Federal".

A finalidade/sentido: O objetivo é "promover a inclusão de estagiários com deficiência no TRT4".

A lição de Ingedore Koch sobre Paráfrase: Segundo Koch, a **paráfrase** é um tipo de intertextualidade em que um texto retoma o conteúdo, a estrutura ou a essência de um texto-fonte, reafirmando o seu sentido, mas utilizando outras palavras ou adaptando-o a um novo contexto, **sem que haja quebra, inversão ideológica ou teor satírico**. A Constituição Federal de 1988 preconiza, em seu cerne, a igualdade, a dignidade da pessoa humana e a proibição de discriminações. Quando um cartaz institucional do TRT4 utiliza a estrutura constitucional para promover a inclusão, ele está **reafirmando, endossando e dando continuidade** ao sentido original da Carta Magna. Trata-se de uma intertextualidade por assimilação harmônica, que define perfeitamente a paráfrase.

3. Inviabilidade técnica da Paródia e demais alternativas:

Paródia: Para Koch, a paródia pressupõe uma ruptura, uma subversão do sentido original, frequentemente com teor irônico, contestador, humorístico ou satírico. Um cartaz oficial de um Tribunal focado em inclusão social não subverte nem satiriza a Constituição; ele a cumpre. Portanto, a paródia está descartada logicamente pelo contexto institucional apresentado.

Citação direta: Exigiria a transcrição literal e idêntica entre aspas ou recuo, o que não ocorre quando se diz que o cartaz usa apenas a "estrutura".

Plágio: É a cópia desautorizada e ocultada da fonte, o que destrói a própria natureza da intertextualidade manifesta.

Epígrafe: É uma frase de abertura ou mote inicial de uma obra, inadequada para descrever a estrutura de um cartaz inteiro.

O enunciado é autossuficiente. Ao unir a estrutura formal da lei ao princípio ideológico da inclusão, o cartaz realiza uma transposição harmônica de sentido. A identificação da **Paráfrase** é inequívoca e independe de apelo visual.

O pleito de anulação é **indeferido**, mantendo-se o gabarito original.

Decisão: INDEFERIDO

Questão 12093

Pergunta:

A palavra “estagiário”, comum no cotidiano do TRT4, apresenta em sua estrutura fonética:

10 letras e 9 fonemas.

Um dígrafo vocálico.

Um hiato na sílaba tônica.

10 letras e 8 fonemas.

9 letras e 9 fonemas.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Análise fonética da palavra "estagiário" (Contagem de letras/fonemas e classificação de encontros vocálicos).

Parecer: DEFERIDO EM PARTE (Anulação da Questão)

Justificativa e Fundamentação:

O recurso interposto é tecnicamente procedente no que tange à incorreção do gabarito preliminar, demonstrando inconsistência teórica na contagem de fonemas atribuída à palavra.

Análise detalhada das proposições à luz da doutrina de Evanildo Bechara e Celso Cunha:

1. **A contagem de letras e fonemas (Gabarito Preliminar):** A palavra *estagiário* é constituída de forma incontroversa por 10 letras: **e-s-t-a-g-i-á-r-i-o**. Na transcrição fonética padrão, cada símbolo gráfico atua representando sua respectiva emissão sonora individualizada. Não há no vocábulo a presença de dígrafos consonantais ou vocálicos (visto que não ocorrem letras como *ch*, *lh*, *nh*, *ss*, *rr* ou vogais seguidas de *m/n* na mesma sílaba), tampouco há ocorrência de letras mudas. Portanto, cada uma das 10 letras produz um fonema correspondente, resultando na equação exata de **10 letras e 10 fonemas**. A alternativa considerada correta pela banca preliminar ("10 letras e 9 fonemas") carece de amparo científico na divisão fonotática tradicional, não havendo motivo lógico para a supressão de um fonema.

Conclusão Técnica: Uma vez que a alternativa apontada como gabarito preliminar está materialmente incorreta (a palavra possui 10 fonemas e não 9), constata-se a ausência de uma alternativa que seja perfeitamente exata e isenta de questionamentos técnicos.

A formulação do item induziu a erro na contagem fonética elementar, inviabilizando a manutenção de qualquer alternativa como resposta objetiva única.

Decisão: ANULAÇÃO

Questão 12094
Pergunta: Assinale a alternativa em que todas as palavras seguem a mesma regra de acentuação gráfica de "Judiciário":
Relatório, instâncias, precatórios.
País, juízes, inclui-lo.
Justiça, eleição, órgão.
Vovô, café, está.
Público, mérito, trâmite.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Regra de acentuação gráfica da palavra "Judiciário" e seus pares.

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O argumento do candidato sobre a divergência doutrinária de divisão silábica (paroxítonas terminadas em ditongo crescente *versus* proparoxítonas aparentes ou eventuais) não justifica a anulação do item. Na verdade, essa oscilação fonética blinda a questão, em vez de torná-la ambígua, pois todas as palavras do gabarito comportam exatamente o mesmo comportamento.

Análise detalhada à luz da doutrina de Evanildo Bechara e Celso Cunha:

O comportamento do termo modelo ("Judiciário"): Pela visão clássica, é uma palavra **paroxítona terminada em ditongo crescente** (*Ju-di-ci-á-rio*).

Pela visão moderna e o Acordo Ortográfico vigente (Base XI), aceita-se a divisão como **proparoxítona aparente/flutuante** (*Ju-di-ci-á-ri-o*).

A perfeita simetria do gabarito ("Relatório, instâncias, precatórios"): O comando pede a alternativa em que *todas* as palavras sigam a **mesma regra** do modelo. **Relatório:** *Re-la-tó-rio* (paroxítona) ou *Re-la-tó-ri-o* (proparoxítona aparente).

Instâncias: *Ins-tân-cias* (paroxítona) ou *Ins-tân-ci-as* (proparoxítona aparente).

Precatórios: *Pre-ca-tó-rios* (paroxítona) ou *Pre-ca-tó-ri-os* (proparoxítona aparente).

Independentemente do critério silábico adotado pelo candidato (seja o tradicional ou o moderno do Acordo Ortográfico), **as quatro palavras ("Judiciário", "Relatório", "instâncias" e "precatórios") caminham juntas sob a mesma idêntica regra e variação.** Não há quebra de homogeneidade.

Inviabilidade das demais alternativas (Regras totalmente divergentes): *País, juízes, inclui-lo*: Regra especial do hiato tônico (família do *i* e *u* sozinhos na sílaba).

Justiça, eleição, órgão: Mistura de palavra sem acento gráfico ("Justiça"), marca de nasalização com til ("eleição") e paroxítona terminada em -ão ("órgão").

Vovô, café, está: Regra geral das palavras oxítonas.

Público, mérito, trâmite: Regra geral das proparoxítonas reais/puras.

Como a alternativa apontada pela banca traz um bloco de palavras foneticamente idênticas em estrutura e comportamento ao vocábulo modelo, a resposta correta mantém-se única, inequívoca e imune a recursos.

Decisão: INDEFERIDO

Questão 12112
Pergunta:
O plural do substantivo composto “decreto-lei”, termo jurídico comum, é:
Decretos-leis.
Decretos-lei.
Decretos-leizes.
Os decreto-lei.
Decreto-leis.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Plural do substantivo composto "decreto-lei".

Parecer: DEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O recurso apresentado é tecnicamente procedente e encontra amparo direto na doutrina de referência de Celso Cunha e Evanildo Bechara, bem como no registro oficial do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP).

Análise detalhada do comportamento morfológico do termo:

1. **A regra tradicional de flexão dos dois elementos:** O termo "decreto-lei" é um substantivo composto formado por dois substantivos ("decreto" + "lei"). Pela regra geral clássica, quando um composto é formado por dois substantivos, ambos podem ir para o plural se o segundo elemento não limitar o sentido do primeiro. Sob essa ótica, a forma "**decretos-leis**" (adotada no gabarito preliminar) é perfeitamente correta e legítima.

2. **A regra de subordinação/limitação (O segundo elemento determina o primeiro):**

Tanto Celso Cunha (*Nova Gramática do Português Contemporâneo*) quanto Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*) lecionam que, quando o segundo substantivo funciona como um termo determinativo do primeiro — isto é, especifica a sua natureza, finalidade ou tipo (um decreto que tem força ou categoria de lei) —, a norma culta padrão admite e recomenda que **apenas o primeiro elemento seja flexionado**.

3. **O registro oficial no VOLP (Academia Brasileira de Letras):** Como bem pontuado pela candidata, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), que dita o padrão ortográfico oficial e serve de fonte para o certame, registra explicitamente para o verbete "decreto-lei" a coexistência de dois plurais legítimos: **decretos-leis** e **decretos-lei**.

Conclusão: A alternativa assinalada pela candidata ("Decretos-lei") possui integral respaldo na gramática normativa e no registro lexical oficial da língua portuguesa. Como ambas as formas em disputa ("Decretos-leis" e "Decretos-lei") são consideradas corretas pela bibliografia do edital, a questão apresentou duas alternativas válidas.

Decisão: anulação

Questão 12113
Pergunta:
Assinale a alternativa que apresenta ERRO de concordância verbal de acordo com a norma culta:
Fazem dez anos que o TRT4 iniciou este projeto.
Mais de um eleitor reclamou do tempo de espera.
Haverão soluções melhores para a acessibilidade.
Fomos nós quem organizou as seções eleitorais.
Fomos nós que organizamos as seções eleitorais.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Duplicidade de alternativas com erro de concordância verbal.

Parecer: DEFERIDO (Anulação da Questão)

Justificativa e Fundamentação:

O recurso apresentado é integralmente procedente. A análise sintática das orações confirma que a questão foi formulada com **duas alternativas contendo erros graves de concordância verbal**, o que impede a existência de uma resposta única e objetiva.

Análise detalhada das alternativas à luz da doutrina de Celso Cunha e Evanildo Bechara:

1. Primeira alternativa com erro ("Fazem dez anos que o TRT4 iniciou este projeto"): O verbo *fazer*, quando empregado na aceção de tempo decorrido ou cronológico, é classificado como verbo impessoal (oração sem sujeito). Por essa razão gramatical rígida, ele não possui elemento flexional para concordar no plural, devendo permanecer obrigatoriamente na 3.ª pessoa do singular. A forma correta padrão exige: "*Faz dez anos...*". Portanto, esta alternativa apresenta um erro de concordância.
2. Segunda alternativa com erro ("Haverão soluções melhores para a acessibilidade"): O verbo *haver*, quando utilizado com o sentido de "existir" ou "ocorrer", também é um verbo impessoal e não admite sujeito. Assim como o verbo *fazer* cronológico, ele deve ficar fixo na 3.ª pessoa do singular. A flexão para o plural "*haverão*" é considerada um desvio crasso da norma culta. A forma correta exige: "*Haverá soluções...*". Portanto, esta alternativa também apresenta um erro de concordância.
3. Análise das demais opções (Corretas):
 - "*Mais de um eleitor reclamou...*": Diante da expressão descritiva "mais de um", o verbo concorda regularmente no singular com o substantivo numérico subsequente.
 - "*Fomos nós quem organizou...*": Quando o sujeito é o pronome relativo "quem", a norma culta consagrada por Cunha e Bechara permite que o verbo fique na 3.ª pessoa do singular, concordando com o próprio pronome.

- “Fomos nós que organizamos...”: Com o pronome relativo "que", o verbo deve concordar obrigatoriamente em pessoa e número com o termo antecedente (“nós”).

Conclusão: O comando do item solicitava que o candidato marcasse a opção que apresentasse erro. Como existem duas alternativas materialmente incorretas e válidas para o enunciado, a questão perdeu sua validade técnica por duplicidade de gabarito.

Decisão: ANULAÇÃO

Questão 12114

Pergunta:

Sobre a regência do verbo “assistir” no contexto do tribunal: “O estagiário assistiu _____ cidadão durante o voto”. Para indicar “ajuda/auxílio”, a norma culta (Cunha) recomenda:

o.

a.

ao.

pelo.

com o.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Regência do verbo *assistir* no sentido de prestar ajuda/auxílio.

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O argumento do candidato sobre a existência de divergência doutrinária ou coexistência de regências não se aplica ao caso, pois o enunciado delimitou de forma expressa e restritiva a vertente teórica que deveria ser adotada para a resolução da questão: **a doutrina de Celso Cunha** (“a norma culta (Cunha) recomenda”).

1. **A recomendação explícita de Celso Cunha:** Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha aborda especificamente a regência do verbo *assistir* na acepção de socorrer, prestar ajuda ou auxiliar. O autor é claro ao estabelecer que, nesta acepção, o verbo **constrói-se preferencialmente com objeto direto**. Portanto, diante da regência do termo masculino singular “cidadão”, a recomendação explícita do autor referenciado é o emprego do artigo definido “o” (“assistiu o cidadão”).
2. **A função do delimitador bibliográfico em provas objetivas:** Ao indicar o autor no comando da questão, a banca vincula a resposta correta estritamente ao texto e à recomendação daquela obra. O candidato não pode recorrer alegando o que “outras gramáticas tradicionais” ou “materiais didáticos” genéricos aceitam, pois a questão não perguntou a regra geral de todas as correntes existentes, mas sim a recomendação específica de Cunha.
3. **Inviabilidade das demais alternativas:**
 - **ao:** Embora o uso com objeto indireto seja reconhecido por Cunha como uma tendência moderna por analogia, o autor formaliza a regência direta como a recomendação principal do padrão culto na sua obra. Além disso, a alternativa “ao” exigiria que o comando validasse a transitividade indireta como recomendação principal, o que contraria o texto do gramático indicado.

- **a / pelo / com o:** Não encontram qualquer amparo na sintaxe de regência do verbo para o sentido de prestar auxílio.

Como o comando restringe a análise à posição de Celso Cunha, e este consagra a transição direta na acepção solicitada, a alternativa "o" é a única resposta matematicamente exata e sem ambiguidades dentro do universo delimitado pela questão.

O pleito de alteração de gabarito ou de anulação é **indeferido**, mantendo-se a resposta original.

DECISÃO: INDEFERIDO

Questão 12117
Pergunta: Qual a função sintática do termo sublinhado em: “É urgente a aprovação de novas leis de inclusão”?
Sujeito.
Adjunto adverbial.
Predicativo do sujeito.
Objeto direto.
Complemento nominal.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Identificação de função sintática de termo supostamente sublinhado.

Parecer: DEFERIDO (Anulação da Questão)

Justificativa e Fundamentação:

O recurso apresentado é integralmente procedente, visto que aponta uma falha material insanável na formatação do item no sistema de aplicação da prova.

Análise detalhada do vício de formulação:

- Ausência de elemento essencial para a resolução:** O comando da pergunta é explícito ao solicitar que o candidato identifique a *“função sintática do termo sublinhado em: ‘É urgente a aprovação de novas leis de inclusão’”*. No entanto, conforme cabalmente demonstrado pela candidata e verificado no registro visual da tela do sistema, nenhuma palavra ou expressão da frase citada recebeu a marcação de sublinhado.
- Inviabilidade de resolução por dedução:** Como a frase apresenta múltiplos elementos com funções sintáticas distintas (por exemplo: *“urgente”* atua como predicativo do sujeito e *“a aprovação de novas leis de inclusão”* funciona como o sujeito oracional posposto), a falta de indicação visual impede o candidato de saber qual estrutura estava sendo avaliada. O erro material gerou uma inconsistência que impossibilita qualquer julgamento objetivo e seguro das alternativas.

Conclusão: A falha gráfica na renderização do texto no ambiente digital de prova sonegou informação indispensável ao cumprimento da tarefa proposta, prejudicando a compreensão e quebrando o princípio da objetividade dos exames públicos.

Decisão: ANULAÇÃO

Questão 12123

Pergunta:

No âmbito das prerrogativas da Justiça do Trabalho em 2026, um analista redigiu a seguinte frase para o relatório de metas: "A equipe técnica assistiu os cidadãos com deficiência durante os mutirões de conciliação itinerante." De acordo com a regência padrão defendida por Celso Cunha para o verbo "assistir" no sentido de dar assistência/ajudar, assinale a afirmativa correta:

O emprego do objeto direto está plenamente correto e consagrado, visto que nessa acepção o verbo admite transitar diretamente.

O verbo deveria, obrigatoriamente, reger a preposição "a", tornando a estrutura "assistiu aos cidadãos" a única aceitável na norma culta.

O verbo "assistir" com o sentido de prestar auxílio é classificado por Cunha como estritamente intransitivo, exigindo adjunto adverbial de modo.

A estrutura exige a partícula "se" passiva, devendo-se grafar "assistiram-se os cidadãos" para manter a impessoalidade.

O termo "os cidadãos" exerce papel de sujeito paciente oculto, gerando erro de concordância sintática.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Regência do verbo assistir no sentido de prestar auxílio/ajudar.

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O argumento trazido pelo candidato baseia-se em uma premissa incorreta sobre a redação da alternativa considerada correta. A questão não possui caráter absoluto e excludente; pelo contrário, ela apenas valida a legitimidade da estrutura com objeto direto utilizada no enunciado, o que está em perfeita consonância com a doutrina de Celso Cunha explicitada no comando da questão.

Vamos aos fatos técnicos e bibliográficos:

A redação da alternativa correta:

A alternativa afirma textualmente que "O emprego do objeto direto está plenamente correto e consagrado, visto que nessa acepção o verbo admite transitar diretamente." Em momento algum a alternativa ou o comando da questão afirmaram que a regência direta seria a única correta ou que a regência indireta estaria errada. Dizer que um verbo "admite transitar diretamente" chancela a existência e a correção dessa estrutura, sem negar a coexistência de outras regências.

A lição de Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo):

Celso Cunha é categórico ao registrar que o verbo assistir, na acepção de socorrer, ajudar, prestar assistência, constrói-se preferencialmente com objeto direto. O autor reconhece que a construção com

objeto indireto (reger a preposição a) também ocorre na linguagem moderna por analogia com outros sentidos do verbo, mas valida e consagra o uso do objeto direto como padrão culto.

Análise das demais opções:

A segunda alternativa do item afirmava que o verbo deveria, "obrigatoriamente, reger a preposição 'a', tornando a estrutura 'assistiu aos cidadãos' a única aceitável na norma culta". Esta sim possuía caráter absoluto e incorreto, pois penalizava a regência direta que é amplamente aceita por Cunha e Bechara.

Como a questão pedia para assinalar a afirmativa correta, e a opção gabaritada descreve com precisão a transitividade direta admitida e consagrada pelo autor referenciado, **não há ambiguidade, contradição ou dissenso que justifique a reforma do gabarito.**

O pleito de ampliação de gabarito ou anulação da questão é indeferido, mantendo-se integralmente a resposta original.

Decisão: INDEFERIDO

Questão 12130

Pergunta:

Analise a frase de um edital de estágio de 2026: "Se as inscrições para vagas reservadas a hipossuficientes se encerrarem na data prevista, proceder-se-á à divulgação imediata." Os três usos da palavra "se" classificam-se, respectivamente, segundo Bechara, como:

Conjunção condicional, pronome integrante do verbo, índice de indeterminação do sujeito.

Conjunção integrante, pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito.

Conjunção condicional, partícula apassivadora, pronome reflexivo.

Conjunção concessiva, pronome integrante do verbo, partícula expletiva.

Conjunção condicional, pronome reflexivo, partícula apassivadora.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Classificação morfosintática dos três usos da palavra "se".

Parecer: DEFERIDO (Anulação da Questão)

Justificativa e Fundamentação:

A análise técnica do período revela que a questão apresenta um vício de formulação estrutural, uma vez que nenhuma das alternativas disponíveis de múltipla escolha oferece a classificação rigorosa e cumulativa exigida pela norma culta e pela doutrina de Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*).

Análise detalhada de cada ocorrência do "se" no período:

1. **Primeiro "se" ("Se as inscrições..."):** Trata-se de uma **conjunção subordinativa condicional**. Introduz a oração que exprime a condição para que o fato da oração principal se realize.

2. **Segundo "se" ("...se encerrarem..."):**

O verbo *encerrar* é transitivo direto pleno ("A comissão encerrou as inscrições"). Na construção "*as inscrições [...] se encerrarem*", o sujeito ("as inscrições") sofre a ação verbal. De acordo com Bechara, quando um verbo transitivo direto é empregado com o "se" e o sujeito é o paciente da ação (equivalente à voz passiva analítica: *serem encerradas*), o "se" classifica-se estritamente como **partícula apassivadora** (ou pronome apassivador).

Nota de erro do gabarito: Classificá-lo como "pronome integrante do verbo" é incorreto, pois o verbo encerrar não é essencialmente pronominal (como *queixar-se*). Classificá-lo como "pronome reflexivo" também é impreciso, pois as inscrições não praticam a ação sobre si mesmas.

3. **Terceiro "se" ("...proceder-se-á..."):** O verbo *proceder*, no sentido de executar, dar início ou realizar, rege a preposição "a" ("*proceder-se-á à divulgação*"), classificando-se como transitivo indireto. Segundo a doutrina de Bechara, quando um verbo transitivo indireto é acompanhado do pronome "se" e não possui sujeito determinado, o "se" atua obrigatoriamente como **índice de indeterminação do sujeito**. Como verbos transitivos indiretos não admitem voz passiva sintética na norma culta, a classificação de "partícula apassivadora" ou "pronome reflexivo" para este termo é um erro sintático crasso.

Conclusão:

A sequência correta e irrefutável para os três termos é: **Conjunção condicional, partícula apassivadora, índice de indeterminação do sujeito**.

Como essa combinação exata não foi disponibilizada em nenhuma das cinco opções de resposta do caderno de provas, constata-se a ausência de uma alternativa materialmente verdadeira. O erro material de formulação impede o julgamento objetivo do item.

Decisão: ANULAÇÃO

Questão 12132

Pergunta:

No texto de apresentação do plano de inclusão na Justiça do Trabalho em 2026, lê-se: "As novas diretrizes institucionais visam ____ bem-estar dos servidores com deficiência e implicam ____ reestruturação imediata dos postos de atendimento físico." De acordo com Celso Cunha, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

ao / a

ao / na

o / a

o / na

ao / com a

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Regência dos verbos *visar* (sentido de almejar/objetivar) e *implicar* (sentido de acarretar/trazer como consequência).

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

A argumentação apresentada pela candidata de que a regência direta para o verbo *visar* e o uso de preposição zero para o verbo *implicar* deveriam ser aceitos não prospera, uma vez que o comando da questão delimitou e restringiu expressamente a análise teórica à doutrina de um autor específico: **Celso Cunha** ("*De acordo com Celso Cunha, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:*").

Análise técnica das regências exigidas segundo a obra de referência do autor (*Nova Gramática do Português Contemporâneo*):

1. **Primeira lacuna ("visam [ao] bem-estar"):** Na lição clássica de Celso Cunha, o verbo *visar*, quando empregado na acepção de ter por objetivo, almejar ou pretender, é classificado rigidamente como **transitivo indireto**, exigindo a preposição "a". Diante do termo masculino "bem-estar", ocorre a contração obrigatória resultando na forma "ao". Argumentações sobre a aceitação da transitividade direta por "gramáticas contemporâneas" ou "uso culto consolidado" não se aplicam ao item, pois a banca vinculou o gabarito à posição estrita de Cunha.
2. **Segunda lacuna ("implicam [a] reestruturação"):** Para Celso Cunha, o verbo *implicar*, no sentido de acarretar, produzir como efeito ou trazer como consequência, é classificado como **transitivo direto**. Portanto, ele rejeita o uso de preposição (como "na" ou "com a") nesse contexto, exigindo complemento sem intermediários (objeto direto). Logo, a lacuna deve ser preenchida apenas com o artigo definido feminino "a" que antecede o substantivo "reestruturação".

3. **Análise das alternativas:** A combinação exata e cumulativa que atende rigorosamente aos ensinamentos de Celso Cunha para os dois verbos do período é "**ao / a**" (Alternativa A).

A indicação da alternativa "o / a" pleiteada pela candidata contraria a norma de regência descrita pelo autor referenciado para o verbo visar. Não há, portanto, ambiguidade ou multiplicidade de respostas válidas dentro do universo teórico estabelecido pelo enunciado.

Decisão: INDEFERIDO

Questão 12134

Pergunta:

Texto base: "Em 2026, a Justiça do Trabalho intensificou as políticas de acessibilidade para servidores com deficiência visual. Esta iniciativa busca consolidar o princípio da dignidade humana por meio do uso de softwares leitores de tela."

Sob a perspectiva da coesão textual de Ingedore Koch, o termo destacado "Esta iniciativa" cumpre papel de:

Coesão anafórica, retomando a ideia do fato exposto no período anterior.

Coesão catafórica, antecipando os conceitos técnicos dos leitores de tela.

Coesão por antonímia contextualizada, que quebra a coerência lógica.

Elemento expletivo desprovido de função semântica ou sintática de ligação.

Substituição por hipônimo biológico de sentido estrito.

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Papel coesivo da expressão "Esta iniciativa" (Ingedore Koch).

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

A insurgência do candidato quanto à suposta falta de destaque do termo não merece acolhimento no caso concreto, diferentemente de outros itens deste certame onde a omissão de marcação gráfica inviabilizou a identificação do alvo da questão.

1. Autossuficiência e Clareza do Enunciado:

O comando da questão é explícito ao isolar e nomear diretamente o objeto da análise linguística: "*o termo destacado 'Esta iniciativa' cumpre papel de:*". Ao transcrever textualmente a expressão exata entre aspas no corpo da pergunta, a banca delimitou perfeitamente o alvo do julgamento sintático-semântico. O candidato não precisava adivinhar qual palavra avaliar, pois o enunciado realizou o destaque de forma textual e inequívoca.

2. Perfeita Adequação Teórica do Gabarito (Ingedore Koch):

Sob a perspectiva da coesão textual teorizada por Ingedore Koch, o pronome demonstrativo associado ao substantivo ("*Esta iniciativa*") atua como um mecanismo de **coesão anafórica**. Ele encapsula e retoma em bloco toda a ideia do fato exposto no período imediatamente anterior (a intensificação das políticas de acessibilidade para servidores com deficiência visual). Trata-se de uma anafora conceitual ou resumitiva, perfeitamente descrita na primeira alternativa.

3. Inviabilidade das Demais Opções: A expressão olha para trás (retoma), o que afasta categoricamente a *coesão catafórica* (que olharia para a frente).

Não há relação de opostos (*antonímia*), o termo possui função de ligação crucial (*não é expletivo*) e não envolve classificação de espécies vivas (*hipônimo biológico*).

Portanto, a formulação da pergunta garantiu a plena identificação do termo e a objetividade necessária para a resolução da questão, mantendo-se a higidez do item.

Decisão: INDEFERIDO

Questão 12135

Pergunta:

No que se refere às garantias de inclusão de minorias na Justiça do Trabalho em 2026, analise a sintaxe pronominal da frase: "Ninguém ____ atento às novas rampas; todos ____ imediatamente ao plenário." Assinale a alternativa correta segundo Bechara:

se manteve / dirigiram-se

manteve-se / dirigiram-se

se manteve / se dirigiram

manteve-se / se dirigiram

se manteria / teriam dirigido-se

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Colocação pronominal em período composto com pronome indefinido sujeito.

Parecer: DEFERIDO PARCIALMENTE (Anulação da Questão)

Justificativa e Fundamentação:

O recurso apresentado é procedente em sua argumentação teórica e demonstra, com base na doutrina de Evanildo Bechara explicitada no edital, que a estrutura da segunda oração comporta dupla interpretação legítima. Esse fato retira a objetividade indispensável ao item em uma prova de múltipla escolha.

Análise detalhada dos pontos doutrinários:

1. **A força atrativa do pronome indefinido:** Evanildo Bechara, na *Moderna Gramática Portuguesa*, elenca expressamente os pronomes indefinidos como palavras atrativas que justificam o emprego da próclise. Na frase "todos [se dirigiram / dirigiram-se] imediatamente ao plenário", o termo "todos" é um pronome indefinido atuando como sujeito. Pela regra geral de atração dos indefinidos, a construção proclítica "todos se dirigiram" está perfeitamente correta e respaldada pelo autor.
2. **O impacto da pontuação e a facultatividade:** O gabarito preliminar baseou-se na presença do ponto e vírgula. A tradição estilística e parte da vertente clássica de Bechara consideram que pausas fortes no interior do período (marcadas por ponto e vírgula) que isolam orações coordenadas assindéticas criam uma autonomia tonal na nova oração, favorecendo a ênclise ("todos dirigiram-se"). No entanto, como bem destacado pelo candidato, o próprio Bechara assevera que, ocorrendo pausa dessa natureza no meio do período, a colocação passa a ser **facultativa** ("Se houver pausa, o pronome pode vir antes ou depois do verbo"). A única proibição categórica do gramático é iniciar o período absoluto por pronome átono.

Conclusão Técnica: Uma vez que a oração admite tanto a próclise (pela presença do pronome indefinido "todos") quanto a ênclise (pela autonomia tonal gerada pela pausa do ponto e vírgula), ambas as

alternativas — "d" e "e" — passam a conter respostas defensáveis dentro da mesma gramática de referência.

A coexistência de duas soluções corretas para a mesma lacuna compromete a unicidade de gabarito exigida pelo processo seletivo. Portanto, o pedido subsidiário do candidato é acolhido.

Decisão: ANULAÇÃO

Questão 12139

Pergunta:

No encerramento das vistorias do TRT4 em 2026, declarou-se: "Aquilo ____ de forma profunda; os técnicos ____ a adaptar as instalações remanescentes." Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas quanto à colocação pronominal tradicional:

nos comoveu / dispuseram-se

comoveu-nos / dispuseram-se

nos comoveu / se dispuseram

comoveu-nos / se dispuseram

nos comoveria / teriam disposto-se

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Colocação pronominal tradicional com pronome demonstrativo sujeito.

Parecer: INDEFERIDO

Justificativa e Fundamentação:

O argumento do candidato de que o verbo inicia a oração sem palavra atrativa e de que a norma tradicional exigiria a ênclise no primeiro segmento ("Aquilo comoveu-nos") não encontra amparo técnico na doutrina de Celso Cunha ou de Evanildo Bechara.

Análise detalhada da estrutura sintática à luz dos gramáticos de referência:

1. A força atrativa dos pronomes demonstrativos neutros:

Tanto Celso Cunha (*Nova Gramática do Português Contemporâneo*) quanto Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*) catalogam os pronomes demonstrativos — especialmente os neutros (*isto, isso, aquilo*) — como **fatores de atração obrigatória ou preferencial para a próclise**, desde que estejam antepostos ao verbo. No segmento "*Aquilo nos comoveu*", a palavra "*Aquilo*" funciona como sujeito da oração e exerce força proclítica. Portanto, a próclise é a colocação correta e recomendada pelo padrão tradicional.

2. **O equívoco sobre o início da oração:** O candidato afirma que o verbo inicia a oração. Isso é um erro de leitura sintática. O verbo não inicia o período; ele é precedido pelo pronome "*Aquilo*". A proibição clássica reside em iniciar frases com pronomes átonos ("*Nos comoveu aquilo*"), o que não ocorre na estrutura montada pela banca. Havendo um pronome demonstrativo abrindo a frase, o pronome oblíquo migra legitimamente para antes do verbo.

3. **Análise do segundo segmento:** No trecho "*os técnicos dispuseram-se...*", o sujeito é determinado e composto por um substantivo expresso ("*os técnicos*"). Na ausência de qualquer palavra atrativa (como conjunções subordinativas, advérbios ou negações) na nova oração pós-ponto e vírgula, a norma tradicional preconiza a **ênclise** ("*dispuseram-se*").

Dessa forma, o gabarito preliminar que aponta a combinação "**nos comoveu / dispuseram-se**" cumpre com exatidão científica os preceitos de colocação pronominal exigidos. A opção pretendida pelo candidato ("comoveu-nos") violaria a regra de atração exercida pelo pronome demonstrativo.

Decisão: INDEFERIDO

Questão 12141

Pergunta:

Considere o seguinte período técnico sobre acessibilidade na Copa do Mundo 2026: "Os voluntários agiram como as diretrizes internacionais de inclusão previam em seus manuais." O vocábulo destacado assume valor de:

Conformidade

Causa

Comparação

Concessão

Explicação

PARECER TÉCNICO DE RECURSO

Item Contestado: Identificação do valor semântico de vocábulo supostamente destacado em período técnico. **Parecer:** DEFERIDO (Anulação da Questão)

Justificativa e Fundamentação:

O recurso apresentado é integralmente procedente, uma vez que comprova a ocorrência de um erro material de formatação idêntico ao já observado em outros itens deste processo seletivo.

Análise detalhada do vício estrutural do item:

1. **Ausência de elemento essencial no comando da questão:** O enunciado solicita que o candidato identifique o valor assumido pelo "*vocábulo destacado*" dentro do período: "*Os voluntários agiram como as diretrizes internacionais de inclusão previam em seus manuais.*". No entanto, conforme apontado pelo candidato e verificado nos registros do sistema de aplicação e do próprio gabarito preliminar, nenhuma palavra ou conjunção do texto recebeu qualquer tipo de marcação visual (como negrito, itálico, sublinhado ou aspas).
2. **Prejuízo à objetividade e impossibilidade de resolução:** Embora a intenção original da banca fosse avaliar o valor da conjunção "*como*", a falta de marcação explícita no texto deixa o enunciado incompleto. O período abriga diversos outros vocábulos e classes gramaticais (como os substantivos "*voluntários*", "*diretrizes*", "*manuais*", ou o verbo "*previam*"), impedindo que o candidato determine com segurança e objetividade qual termo era o alvo da questão.

Conclusão: A falha de diagramação na plataforma digital omitiu um dado indispensável para o cumprimento da questão. Sob a perspectiva de exames de múltipla escolha, enunciados que induzem ao erro por falta de clareza textual ou visual violam o princípio da isonomia e da clareza, tornando a anulação a única medida cabível.

Decisão: ANULAÇÃO